

Atlas de Acesso à Justiça aponta aumento no número de advogados

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça divulgou nesta quarta-feira (17/12) o novo Atlas de Acesso à Justiça. O documento traz dados e análises atualizados sobre a realidade judicial no país.

O secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Croce Caetano, apontou que houve aumento no número de advogados (8%) e defensores (7%) em 2013 em comparação a 2012, mas considerou que o número de profissionais ainda é insuficiente para democratizar o acesso à Justiça.

"Isso mostra que esse aumento é muito baixo para o que tem que ser feito. Nós temos que ter uma política nacional de acesso à Justiça, um estímulo muito forte para Defensoria Pública e também um incentivo muito forte para uma advocacia que chamamos de "advocacia solidária", porque um país que tem mais de 800 mil advogados pode utilizá-los também em processos de justiça para a população mais pobre", disse o secretário.

Caetano também falou sobre os esforços conjuntos entre os estados, a União, as Defensorias Públicas, a Ordem dos Advogados e demais órgãos, que podem apresentar projetos específicos para a advocacia solidária.

"Acreditamos na união de todos e temos ambiente político para isso. Todos estão irmanados com essa vontade, com essa convicção de que precisamos melhorar. É um ambiente muito favorável para que a gente consiga fazer uma política nacional de acesso à Justiça", destacou o secretário.

Objetivo

O Atlas de Acesso à Justiça foi concebido em 2012 com o objetivo de ser uma ferramenta de consulta para o cidadão, na qual ele possa tomar conhecimento de seus direitos fundamentais e das vias de acesso à Justiça em todas as partes do país.

A partir do documento, são estabelecidos planos de ação de políticas públicas para aperfeiçoar os sistemas de tutela jurídica e identificar os principais pontos que impedem os cidadãos de reclamarem seus direitos fundamentais básicos, especialmente nas regiões mais pobres do país. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Ministério da Justiça.*

Clique [aqui](#) para ler o Atlas de Acesso à Justiça.